

UMA FICÇÃO BEM DOCUMENTADA

Antonio Paulo Benatti^o

“E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença?

Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca lei Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar.”

Machado de Assis, *História de Quinze Dias*, 1877

RESUMO:

O artigo discute a constituição e a crise da ambígua oposição entre história e literatura na modernidade.

UNITERMOS: História, literatura, ciência, ficção, modernidade.

Desde a segunda metade do século 19, a modernidade constituiu a idade de ouro da história científica. A constituição de uma metodologia rigorosa, que estabelecesse e aperfeiçoasse continuamente as técnicas heurísticas e os instrumentos da crítica documental, parecia uma manobra suficiente para garantir à história um estatuto de cientificidade no concerto das novas e triunfantes ciências sociais. Os métodos eruditos de crítica das fontes alimentavam uma ilusão epistemológica necessária a qualquer crença na cientificidade dos estudos históricos: a ilusão de identidade entre o discurso do historiador e o seu referente, o passado “real”. Na Alemanha, a célebre afirmação de Leopold von Ranke definiu todo um programa, tornado canônico pelos

^o Doutorando em História/Unicamp. Professor do Depto. de História da Unioeste.

épígonos acadêmicos na Europa e na América. Embora fosse um grande estilista da escrita histórica, Ranke negou a pretensão a pintar quadros literários, atribuindo-se a tarefa científica de escrever a história “como realmente aconteceu.” (*apud* GAY, 1990, p. 70).

Discípulos ou críticos do historicismo rankiano, os historiadores modernos procuraram dar a seu discurso um “efeito de real” (Barthes), baseado numa convenção de veracidade fortalecida pelo rigor da crítica erudita das fontes. Ignorava-se, no entanto, que esse “efeito de real” e essa “convenção de veracidade” eram, em si mesmos, efeitos essencialmente retóricos e *poiéticos*, ou seja, uma construção de sentido a partir da massa perfeitamente caótica de vestígios *textuais* do passado (documentos).

A louca do sótão

O imperativo da crítica documental visava esconjurar o fantasma da invenção imaginativa, poética e ficcional. A erudição moderna, alimentada pelas reflexões metodológicas, excluiu a literatura para longe dos campos de Clio. Essa vontade de verdade legitimou o discurso histórico como uma “disciplina”, ou seja, garantiu-lhe, nas universidades, um lugar entre as tradicionais ciências “exatas” e as emergentes ciências da sociedade. A verdade, disse Stirner, é para sacerdotes. Trata-se, é claro, de uma necessidade religiosa e metafísica que se inscreve numa muito longa duração do pensamento ocidental. A obsessão da verdade é uma constante na civilização do Ocidente desde a Antigüidade. Ela foi reforçada, na modernidade, pelo iluminismo, pelo romantismo e pelo positivismo. A historiografia moderna fundou a objetividade dessa verdade no rigor dos métodos científicos adaptados anacronicamente das ciências da natureza. Essa vontade de verdade anima ainda a prática dos historiadores,

a julgar pelo que diz François Hartog, para quem a singularidade da história reside, justamente, na “relação específica que mantém com a verdade, pois ela tem, de fato, a pretensão de remeter a um passado que realmente existiu”(HARTOG, 1998, p.194).

A afirmação da cientificidade da história tinha como contrapartida uma recusa da arte em geral e da narrativa literária em particular, especialmente do romance. No processo de sua disciplinarização acadêmica, a história optou “pela ciência contra a arte. [...] Para ela, a narrativa é sinônimo de afetação ou de ingenuidade (a crônica medieval é ingênua)” (HARTOG, 1998, p. 194). E assim a modernidade assistiu ao combate entre a história-ciência e a história-arte. Venceu, como se sabe, o partido científico da história. Em que consistia, basicamente, o novo paradigma? *Grosso modo*, a história científica (e não raro científicista) opunha a *verdade do real* ao *imaginário da ficção*, ou o fato documentado à invenção literária. A história científica deveria ser fruto da razão que investiga, não da imaginação que delira.

Nos bons manuais de introdução aos estudos históricos, o século 20 geralmente é representado como um tempo de reação ao “positivismo” do século 19. Trata-se de uma caricatura, de uma idéia feita. No entanto, há que se verificar, conforme salienta Hartog, a inexistência de qualquer problematização mais sistemática da narrativa entre os historiadores tributários dos *Annales* e da *Nouvelle Histoire*, uma das principais correntes historiográficas do século 20. *Mutatis mutandi*, o mesmo poderia ser dito quanto ao marxismo, com a notável exceção de Walter Benjamin (que, aliás, considerava o historiador um tipo de narrador...). Lucien Febvre limitou-se a cobrir de sarcasmos o que chamava de *histoire événementielle*, “acontecimental”, identificada de modo estereotipado com o relato ingênuo, linear e superficial dos “fatos” da história política, militar e diplomática. Para o marxismo, a condenação era científica e ideológica: o relato

da história tradicional não apenas expressava o ponto de vista das classes dominantes sobre o processo histórico da humanidade, como não era suficientemente científica para analisar as contradições dialéticas da história e a complexidade da luta de classes, que era o seu motor de combustão. Assim, por mais de um século, a história narrativa foi relegada ao ostracismo, identificada, tanto pelos *Annales* quanto pelo marxismo, com a história elitista, empirista e política do século 19.

Em suma, a história-ciência afirmou-se academicamente contra a história-relato. A literatura (e, por extensão, a narrativa) foi o “outro” excluído pela nova ordem do discurso histórico que se impôs desde o final do século 18, e com mais força a partir de meados do 19. A cientificidade, para os historiadores modernos, era incompatível com o estatuto da história como um gênero narrativo. A representação dessa recusa tornou os historiadores inconscientemente cegos aos elementos retórico-po(i)éticos do saber por eles próprios produzido.

O retorno do que não foi

Num provocante artigo publicado na *American Historical Review*, o historiador David Harlan constatou o “retorno da literatura” na historiografia contemporânea:

Havia um tempo em que os historiadores pensavam haver escapado ao “meramente literário”, um tempo em que eles haviam estabelecido os estudos históricos no sólido fundamento do método objetivo e do argumento racional. No entanto, os recentes avanços em crítica literária e em filosofia da linguagem solaparam esta confiança. Agora, após uma ausência de cem anos, a literatura volta à história, montando seu circo de metáfora

e alegoria, interpretação e aporia, traço e signo, exigindo que os historiadores aceitem sua presença zombeteira bem no coração daquilo que, insistiam eles, consistia sua disciplina própria, autônoma e verdadeiramente científica (HARLAN, 2000, p.15).

Harlan avalia o impacto epistemológico do retorno da literatura no campo específico da história intelectual contextualista de linhagem anglo-saxônica. Mas, de modo geral, o fenômeno pode ser observado um pouco em toda parte. Ao nível da escritura, a consequência prática desse movimento foi o chamado “retorno da narrativa”, detectado pelo polêmico artigo de Lawrence Stone publicado em 1979 na prestigiosa revista inglesa *Past and Present*. Nos anos 80, a narrativa voltou com força total, a começar pela Nova História, reunida em torno da terceira geração dos *Annales*. A incessante busca de novos objetos (o imaginário, o cotidiano, a cultura do fabuloso, do excêntrico e do monstruoso, o acontecimento marginal etc.) demandava formas e recursos de expressão menos técnicos e mais literários do que aquelas pesquisas que privilegiavam análises estatísticas em campos mais sólidos e tradicionais como a história demográfica, a história econômica e a história social quantitativista, produtoras de um saber mais ou menos matematizável. A Nova História rompeu com os modelos e com os métodos da história quantitativa e, com isso, abriu espaço para a narração na escrita contemporânea da história.

Nas últimas duas décadas, o debate sobre o retorno (ou sobre o não-retorno) da narrativa à história tem ocupado historiadores, filósofos e teóricos da literatura de diferentes correntes de pensamento. Esse debate originou-se, em parte, do polêmico artigo de Stone. Mas, segundo Hartog, o que Stone detectava como o “retorno da narrativa” na historiografia contemporânea não se tratava de um retorno propriamente dito. O termo *narração* não era senão uma “abreviação cômoda” que

permitia “descrever um fenômeno de tomada de distância com relação às diferentes formas da história científica até então predominantes”(HARTOG, 1998, p. 194). Além disso, não se tratou exatamente de um retorno, pois, de fato, a narração nunca fora totalmente expulsa do velho casarão da história. Por mais de um século, ela ocupou ali um lugar humilde: às vezes no porão, junto com a vovozinha ingênua, a crônica; às vezes presa junto com a louca delirante, a poesia, no sótão.

Romance do tempo passado

Por outro lado, como observou Jacques Rancière, a idade da ciência (a modernidade) foi também a idade da literatura, aquela em que ela “se nomeia como tal [...]” (RANCIÈRE, 1994, p. 16). Com efeito, do ponto de vista da história da literatura, o século 19 foi a idade de ouro do romance realista. O realismo literário funda-se numa estética da imitação do real (*mímeses*) que tornou canônico o ideal de representação fidedigna da realidade: a linguagem refletia fielmente a “realidade”, como uma cópia ou um duplo dela, feito um espelho. Ora, entre a história-ciência e a literatura realista observa-se, *a posteriori*, uma série de afinidades eletivas. A estética realista, com sua pretensão de “espelhar a realidade”, casava-se perfeitamente com o discurso epistemológico de Ranke: “mostrar como realmente aconteceu”. Assim, a historiografia moderna, embora excluindo a narrativa literária como o “outro” da ciência, adotou o paradigma realista de representação do passado, grandemente tributário do realismo literário moderno.

Pois bem. A convenção literária realista –“com sua fé de sapateiro numa realidade objetiva que seria singelamente captada na linguagem por um sujeito-narrador atento e forte, em franca

afinidade com as coisas”, como diz Jair Ferreira dos Santos – foi amplamente questionada pela literatura pós-moderna de ficção (SANTOS, 1995, p. 59). A ficção pós-moderna radicalizou a crítica modernista da linguagem, fazendo a linguagem voltar-se contra si própria numa atitude metacrítica. Trata-se de uma *metaficção*, ou seja, de uma literatura que reflete criticamente sobre as próprias convenções retóricas da literatura, sua “ilusão verossímil” e seu “efeito de real”. A metaficção realiza, nas práticas discursivas ficcionais, o mesmo trabalho crítico de desconstrução que a metahistória realiza nas práticas discursivas historiográficas.

Do ponto de vista da literatura e da teoria literária contemporâneas, o lamentável não é a história ser um gênero ou um tipo de ficção; mas é o ser ela, com frequência, uma ficção ingênua, um relato que se presta a recuperar “a verdade” do que “realmente aconteceu”, apesar da recusa de um “positivismo” caricato. Trata-se não apenas de uma crítica epistemológica, mas ética e política. O discurso histórico científico buscou, por baixo da toga de um saber objetivo e/ou neutro, escamotear suas características discursivas e representacionais. Embora os historiadores definitivamente não aparentem isso, o saber histórico é inseparável de um poder muito grande, em torno do qual se luta: o poder de dizer “a” Verdade sobre o passado humano. A história, representação imaginativa e imaginária do passado, discurso vigiado e controlado pelas instituições do saber-poder, recalcou os aspectos retórico-po(i)éticos de uma prática que, queiram ou não os seus artífices, é essencialmente política (e não no sentido da “ideologia”, pois, de fato, não existe nem nunca existiu ideologia). Esse recalque contribuiu não só para a indigência estética quanto para a ingenuidade epistemológica da historiografia, além de determinar suas relações com outros saberes e poderes modernos.

Repensar as relações

Os críticos da história-narrativa construíram uma dualidade irreduzível (e insustentável) entre *investigação explicativa* dos processos históricos e *exposição descritiva* dos acontecimentos passados. Quando não, a historiografia moderna separou muito tranqüilamente dois “momentos” do processo de conhecimento: o momento da “descoberta” e o da “exposição”, subordinando a segunda à primeira. Os historiadores “científicos” identificaram a história narrativa como uma mera descrição de “fatos”, tomando como pressuposto a idéia (descabida) de que o produto de uma história explicativa prescindia de recursos retórico-literários para a constituição de seus efeitos de verdade. Ora, seja um historiador “factual”, seja um historiador “científico” ou acadêmico, o produto de seu trabalho apresenta-se sempre sob a forma de um *texto*. E todo texto é o efeito de uma prática: a prática de escrever. O historiador é um escritor, ou um escrevente. Se não escreve, não será reconhecido como tal pela ordem do discurso histórico. Desde Heródoto, a história é um efeito (histórico, evidentemente) dessa prática *sui generis*, a escritura, essa invenção de uma civilização grafológica e grafocrata.

Irradiando a luz da verdade científica, o grande holofote da racionalidade tornou os historiadores cegos ao caráter retórico de sua própria prática, impedindo-os de reconhecer que aquilo a que chamamos o saber histórico é o produto histórico de uma prática discursiva que se materializa sob a forma de um texto, de uma narrativa. É preciso reconhecer que, como diz Benedito Nunes, “O caráter de ciência, conquistado pelo conhecimento histórico, não suprime a base narrativa, que mantém o seu nexo com o ficcional” (NUNES, 1988, p. 12). Por outro lado, tudo leva a crer que esse nexo seja reforçado e redefinido no contexto de crise dos modelos explicativos da ciência. Há que se repensar

as relações entre história e literatura no contexto de crise da sociedade disciplinar e da razão que lhe é inerente. A cientificização da história demandou a subordinação da prática historiográfica a uma determinada *disciplina*, quer dizer, uma série de normas estratégicas de controle do discurso sobre o passado. A exclusão ambígua da literatura foi um dos imperativos que passou a fazer parte do *metier* do historiador, sob o olhar panóptico dos poderes que zelavam pela racionalidade da disciplina.

Tudo indica a crise dessa ordem e o aparecimento lento de outras formas de controle daquilo que os homens fazem, falam, pensam e escrevem. O diálogo com a literatura e com a teoria literária faz ver que talvez a velha história não passe, afinal, de uma ficção bem (ou mal) documentada. Nietzsche, mais radicalmente, disse que a história talvez não seja mais que um preconceito ocidental. Que importa, contanto que no regaço dessa ficção ou desse preconceito possamos viver e resistir contra as potências que nos querem fracos e tristes?

Referências Bibliográficas

GAY, P. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HARLAN, D. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, M.; GIMENES, R (Org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2000.

HARTOG, F. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. *Passados recompostos*. Rio de Janeiro, Editora da FGV/Editora da UFRJ, 1998.

NUNES, B. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, D. C. (Org.). *Narrativa: ficção & história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

RANCIÈRE, J. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. Campinas, Pontes, 1994.

SANTOS, J. F. dos. Barth, Pynchon e outras absurdetes: o pós-modernismo na ficção americana. In: OLIVEIRA, R. C. de et al. *Pós-modernidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ABSTRACT:

This article deals the constitution and crisis of ambiguous oposition between history and literature in the modernity.

KEY WORDS: History, literature, science, fiction, modernity.